

Dívida de agricultores emperra pauta

Sônia Cristina Silva
de Brasília

As lideranças do governo no Senado iniciam a semana com negociações para desobstruir a pauta, trancada pela Medida Provisória 77 que trata da renegociação de dívidas agrícolas. Vai ser uma difícil tarefa. O Planalto quer a aprovação do texto original aprovado na Câmara, que atendia apenas aos pequenos agricultores do semi-árido nordestino. Mas o substitutivo elaborado no Senado incluiu na negociação os grandes produtores rurais. O líder do governo, Aloizio Mercadante, diz que a situação orçamentária dificulta a aceitação do dispositivo, que passa a abranger as dívidas daqueles que tomaram empréstimos acima de R\$ 500 mil. "Alguns contratos de financiamento atingiram R\$ 5 milhões", diz Mercadante. Os líderes do governo pretendem negociar uma forma alternativa de tratar do endividamento dos grandes produtores. Querem criar uma comissão para estudar o assunto em 40 dias.

MP 78, menos polêmica

O governo terá ainda de trabalhar pela votação da MP 78, que também já está trancando a pauta. O tema é mais ameno, tratando da doação de vacinas contra febre aftosa para o Paraguai. A liberação da pauta do Senado é importante para a solução de vários outros itens, como a homologação dos nomes indicados para a direção do Banco Central, que passarão pela sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã. Também é necessário destrancar a pauta para garantir a eleição dos novos integrantes do Conselho de Ética, atualmente envolvido na grande polêmica sobre a abertura ou não de processo de investigação do suposto envolvimento do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio dos grampos telefônicos na Bahia. O presidente do Conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) queria realizar uma reunião na quarta-feira, mas isso dependerá da eleição.